



## **A imprensa e os Desmatamentos na Amazônia: quem são as fontes do discurso jornalístico?<sup>1</sup>**

Luciana Miranda COSTA<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **RESUMO**

Este artigo, que trata da intensificação da temática ambiental no noticiário da grande imprensa, é baseado em uma pesquisa (CNPq), cujo objetivo foi analisar, com ênfase na temática dos desmatamentos e incêndios florestais, como se estruturou o discurso da mídia impressa brasileira durante os anos mais recentes (2002-2006), quando o tema se tornou constante. Além disso, buscou-se analisar como os diferentes sentidos produzidos por jornais e revistas construíram e foram construídos a partir das diversas "formações discursivas" que embasaram o discurso jornalístico por meio de suas "fontes" de informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** desmatamento; meio ambiente; fontes; discurso jornalístico.

### **Introdução<sup>3</sup>**

Este artigo, que trata da intensificação da temática ambiental no noticiário da grande imprensa no período 2002-2006, é baseado em uma pesquisa (CNPq) cujo objetivo foi analisar, com ênfase na temática dos desmatamentos e incêndios florestais, como se estruturou o discurso da mídia impressa brasileira sobre as questões ambientais durante os anos mais recentes, quando o tema se tornou constante. Além disso, buscou-se analisar como os diferentes sentidos produzidos pela mídia impressa construíram e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais, GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará, email: [lmiranda@ufpa.br](mailto:lmiranda@ufpa.br).

<sup>3</sup> A temática ambiental conjugada com o papel da mídia como produtora de sentidos e principal responsável pela publicização das questões sociais é de relevante importância para as políticas públicas de caráter ambiental e social implementadas na Amazônia e foi tratada inicialmente na pesquisa intitulada "*Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia*" (COSTA L., 2006a). Já em uma segunda etapa da pesquisa, aproveitando os dados primários coletados, buscou-se enfatizar o significativo papel da mídia no "boom" ambiental dos últimos 25 anos (COSTA L., 2006b). A terceira etapa, que contou com o apoio do CNPq (agosto de 2006 a julho de 2008) teve como objetivo principal analisar o período 2002-2006. A UFPA, através do Programa de Apoio ao Recém-Doutor (PARD/UFPA 2006), concedeu duas bolsas de iniciação científica para a pesquisa em 2006 e 2007. Uma versão ampliada deste artigo será publicada como capítulo de livro produzido pela ESALQ/USP. Outros aspectos da pesquisa foram apresentados no Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento: Ciência, Tecnologia e Instituições de Pesquisa, realizado no período de 9 a 11 de dezembro de 2008, em Belém-PA (promoção: NAEA/UFPA) e no Congresso Brasileiro de Sociologia 2009 (UFRJ).



foram construídos a partir das diversas *formações discursivas*<sup>4</sup>, que embasaram o discurso jornalístico através de suas “fontes” de informação.

A base principal de dados foi obtida através de pesquisa na Internet em 2006 e 2007. Tratou-se da seleção, sistematização, comparação e análise de 1096 artigos e/ou reportagens publicados nas principais revistas (Veja, Isto É, Época) e jornais brasileiros (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, o Globo, O Diário do Pará e o Liberal), no período que cobriu os anos 2002-2006, coletados nos *sites* dos veículos mencionados<sup>5</sup>.

O instrumental teórico de análise, ancorado na Semiologia dos Discursos Sociais<sup>6</sup>, esteve atrelado à premissa de que as relações de comunicação, analisadas através do discurso jornalístico, são relações de poder que dependem do capital<sup>7</sup> simbólico dos agentes e instituições envolvidos, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. O discurso é, desta forma, a principal arena na qual os diferentes capitais dos agentes, transfigurados em capital simbólico, lutam pelo poder simbólico e pela hegemonia de modos de ver, perceber e definir o mundo, de representá-lo. O discurso possibilita apreender o consenso e o conflito existentes nas relações sociais através das “marcas” que ele carrega. Os sistemas simbólicos irão cumprir sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da visão de mundo dominante, na medida em que são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento.

Utilizando-se do conceito de *formações discursivas* elaborado por Foucault, Orlandi observa que as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual são produzidas. A autora assinala que “o fato de um texto estar associado a um sentido é

---

<sup>4</sup> O conceito de *formação discursiva*, elaborado por Foucault (entendido como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) é assimilado através da aprendizagem lingüística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir lingüisticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 1995).

<sup>5</sup> Ressalva-se, no entanto, que as informações *on line* por parte dos veículos ficaram disponíveis para captura da seguinte forma: Veja (2002 a 2006), Isto É (2002 a 2006), Época (2002 a 2006), Folha de São Paulo (2002 a 2006), Jornal do Brasil (2004 e 2005), O Estado de São Paulo (2006), O Globo (2006), Correio Braziliense (2006), O Liberal (2002 a 2006) e O Diário do Pará (2003 a 2006).

<sup>6</sup> A Semiologia dos Discursos Sociais, também conhecida como Teoria Social dos Discursos, é a ciência que estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentidos, a partir de práticas e estratégias discursivas.

<sup>7</sup> “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural)” (BOURDIEU, 1998, p. 134).



uma ilusão do sujeito” (ORLANDI, 1978, p.35), pois este recusa a inclusão necessária de toda seqüência em uma *formação discursiva* (e não outra), para que essa seqüência tenha sentido e, nessa recusa, tem a impressão de que é ele próprio a fonte desse sentido. Sob um enfoque semiológico e adotando operacionalmente o conceito de *formações discursivas* nesta pesquisa, pode-se definir o sujeito (jornalistas da mídia impressa) como aquele que trabalha sobre a matéria significante para produzir enunciados, que sofrem coerções de duas ordens: a de suas singularidades e a do campo histórico.

## **2002: A Amazônia enfrenta o El Nino e as madeiras**

Durante o ano de 2002, em relação aos anos anteriores (2000 e 2001) do novo século, houve um aumento de matérias jornalísticas publicadas pela mídia impressa que continham “desmatamento” ou “queimadas” como palavras-chave (a grande maioria delas, reportagens). As madeiras e ongs ganharam mais espaço nas páginas dos veículos, intensificando o jogo de forças no campo discursivo e simbólico. Fatores econômicos também foram fundamentais para que o desmatamento (particularmente questões envolvendo exploração madeira e cultivo de soja) tivesse mais destaque.

Foram 171 matérias jornalísticas em 2002. A maioria, em se tratando do jornalismo local analisado (jornal O Liberal, responsável por 78 matérias), não trouxe identificação de origem (autoria). O ano de 2002 foi marcado por um enfoque acentuado na exploração ilegal de madeira em terra indígena. Além disso, subtemas como aquecimento global; efeito estufa; a realização da Rio +10, em agosto, em Johannesburgo (África do Sul); e as inovações no sistema de monitoramento de desmatamento e queimadas ocuparam as páginas dos principais jornais e revistas do país. Em termos de jornalismo regional, o mogno foi a subtemática dominante durante todos os meses do ano<sup>8</sup>.

Os agentes do Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] e policiais observaram do helicóptero trilhas, ramais e vicinais, além de pistas clandestinas para pouso de pequenas aeronaves, *rasgando a floresta virgem como serpentes enlouquecidas embrenhando-se sem rumo na mata colossal. Mas, em vez de veneno, as presas dessas serpentes*

---

<sup>8</sup> O Jornal Diário do Pará disponibilizou suas edições na Internet somente a partir de 2003. O Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo e o Correio Braziliense também não disponibilizaram as edições referentes ao ano de 2002.



*carregam em formas humanas as riquezas da floresta*, notadamente o mogno, madeira de alta cotação no mercado internacional<sup>9</sup> (O Liberal *On Line*, 01/08/02).

Nota-se o tom dramático adotado pelo jornal O Liberal, repleto de analogias (“rasgando a floresta virgem como serpentes enlouquecidas”), comparando as madeiras a saqueadores de tesouros amazônicos (“carregam em formas humanas as riquezas da floresta”). O Liberal se destacou por uma cobertura *in loco*, entrevistando não somente representantes do Ibama e das madeiras, mas os próprios índios. Observe-se, no entanto, que embora tenha incorporado o discurso desses agentes sociais, o discurso de O Liberal ressaltou uma postura “anti-ética” (“admite não ser correto os índios permitirem a retirada de madeira de suas terras”) e comercialmente ingênua (“um índio recebe R\$ 50,00”) por parte das lideranças indígenas, desqualificando a argumentação desses agentes, como pode ser visto a seguir.

Segundo o cacique Megaron, um dos líderes dos caiapós, *um índio recebe R\$ 50,00 para permitir a derrubada de uma árvore de mogno* com mais de 40 metros de altura. Depois de cortada, essa mesma árvore é dividida em toras que chegam a valer até R\$ 2,1 mil no mercado internacional (O Liberal *On Line*, 18/01/02).

Os madeireiros devem mais de R\$ 30 mil aos índios. *O cacique Kaikware admite não ser correto os índios permitirem a retirada de madeira de suas terras*, mas argumenta que infelizmente este é um meio de sobrevivência econômica da tribo. “*Estamos passando necessidades e não temos dinheiro para nada. A Funai [Fundação Nacional do Índio] não faz nada pela gente e a Funasa [Fundação Nacional de Saúde], que deveria cuidar da nossa saúde, só aparece nas aldeias quando tem índio morrendo*”, diz o cacique (O Liberal *On Line*, 31/01/02).

Nota-se acima, que o discurso assistencialista do índio, em relação aos órgãos governamentais, é citado pelo jornal, mas, em seguida, ironizado (“não ter do que se queixar”), ou seja, desqualificado, conforme trecho reproduzido a seguir, que também destaca o fato dos índios estarem agindo como trabalhadores contratados pelas madeiras.

“Até que eles vinham pagando, mas depois não pagaram e nem deram satisfações”. *Se os caiapós reclamam pagamento, os índios paracanãs da reserva Apitereua parecem não ter do que se queixar*. Não só estão recebendo em dia como ainda ganharam um serviço extra: escoltar, para os madeireiros, o

---

<sup>9</sup> Os destaques, em itálico, que se encontrarão nas citações deste texto foram feitos com o objetivo de destacar palavras, categorias ou idéias que aparecem nos periódicos. Além disso, eles têm a finalidade de chamar a atenção do leitor para a construção argumentativa dos próprios veículos impressos sobre os diferentes aspectos da problemática ambiental tratada neste texto.



mogno extraído de suas terras em São Félix do Xingu (O Liberal *On Line*, 31/01/02).

Os jornais ou revistas de abrangência nacional, como a Folha de São Paulo e Veja, também fizeram menção ao tema em várias reportagens, mas sem que houvesse uma cobertura constante dos desdobramentos do problema, ao contrário do que fez O Liberal. No trecho abaixo, da Revista Veja, observa-se à menção ao “enriquecimento” dos índios através da aquisição de bens de consumo de luxo, o que também coloca os índios como parceiros da ilegalidade ambiental em prol de interesses econômicos.

Um dos maiores madeireiros de Mato Grosso, Osmar Queiroz, foi pilhado extraindo mogno ilegalmente das terras dos índios cintas-largas, no norte do Estado, para os quais pagava 50 reais por tora – *o que permitiu à tribo comprar uma frota de picapes importadas* (Veja *On Line*. Edição 1769, Policarpo Junior, 25/09/2002).

A posição de O Liberal em relação aos madeireiros foi ambígua, ora os colocando como verdadeiros vilões do desmatamento e da destruição da floresta, ora abrindo espaço para citações, nas quais eles se colocam como baluartes do desenvolvimento econômico regional e vítimas das “equivocadas” políticas e ações governamentais.

“Negociata” - O presidente da Aimex [Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará], empresário Elias Salame, disse que o poder público e o próprio Ibama se contradiz em suas ações. *Para ele, não pode haver comércio ilegal de mogno sem a conivência de órgãos públicos.* “Como passam caminhões e caminhões carregados de madeira e a Funai, a Funasa, o Ibama, ninguém vê? *O madeireiro só está se aproveitando da negociata*”, admitiu (O Liberal *On Line*, 01/02/02).

Observe-se no trecho acima, como o representante das madeireiras se exime de responsabilidade sobre as transações ilegais com o produto, atribuindo a culpa aos órgãos governamentais, que estariam facilitando e até estimulando o comportamento ilegal e imoral das madeireiras (“o madeireiro só está se aproveitando da negociata”).

O ano de 2002 também foi um ano de El Niño, ou seja, de altas temperaturas, que se refletiram em um aumento no número de queimadas em todo país. O enfoque maior para o subtema ficou por conta dos jornais e revistas de abrangência nacional, como a FSP e a revista Época. As pesquisas científicas realizadas por instituições não-governamentais (ONGs) também foram uma referência importante na abordagem jornalística sobre as queimadas na Amazônia e os efeitos do El Niño. O tom alarmista



caracteriza a maioria dos textos (“...a mais espantosa fogueira que já se viu na Terra”) que, via de regra, não questionam o resultado dessas pesquisas. Bueno já enfatizara esta característica do discurso jornalístico sobre meio ambiente:

(...) concorre para este equívoco formidável de exclusão das fontes, *a visão da ciência e da tecnologia como atividades neutras, descoladas dos interesses políticos, ideológicos e sobretudo comerciais*. Muitos veículos e jornalistas devem imaginar que, ao privilegiarem as fontes que transitam nos ambientes tidos como técnicos ou científicos, estão garantindo uma cobertura isenta de temas ambientais. Assumem a ciência e a tecnologia como instâncias apolíticas, “aideológicas” e especialmente distantes do mundo do capital. (BUENO, 2007, p.45).

Se vier a acontecer a repetição do fenômeno conhecido como El Niño por três anos consecutivos, *mais da metade da floresta pode se tornar combustível para a mais espantosa fogueira que já se viu na Terra* (Veja On Line, 27/02/2002. Edição 1740, Leonardo Coutinho).

As ongs, comprovando uma tendência observada desde o início da década de 90, se firmaram como fontes recorrentes dos jornalistas. O aquecimento global e suas subtemáticas (efeito estufa, Protocolo de Kyoto, seqüestro de carbono) também foram assuntos constantes da cobertura jornalística nacional.

As principais fontes do período foram os órgãos governamentais federais, seguidos de perto das ongs ambientalistas, dos institutos de pesquisa, das universidades e dos órgãos de representação do setor madeireiro. Os agricultores familiares, índios e suas entidades de representação, com uma intensidade bem menor, também foram citados e entrevistados, mas principalmente nas reportagens locais. As principais *formações discursivas* que deram base ao discurso jornalístico analisado foram o discurso governamental, o discurso científico (produzido por instituições de pesquisa – especialmente ongs) e o discurso empresarial, particularmente, das madeireiras.

### **2003: As Madeireiras na Berlinda do Desmatamento**

Em 2003, a política ambiental brasileira completou 30 anos, se for levada em consideração a data de criação da primeira Secretaria Especial de Meio Ambiente. Durante este ano, houve uma leve queda no número de matérias jornalísticas publicadas pela mídia impressa e analisadas por esta pesquisa que continham “desmatamento” ou “queimadas” como palavras-chave (a grande maioria delas, como ocorreu em 2002, foi de reportagens). Foram 151 matérias jornalísticas em 2003, 20 a menos do que as 171



publicadas em 2002<sup>10</sup>. A exemplo do ano anterior, a maioria, em se tratando dos jornais locais (Diário do Pará e O Liberal, responsáveis por 90 matérias), não trouxe identificação de autoria.

O ano de 2003 assistiu a uma continuação de temáticas que já se apresentaram nos três anos anteriores, como a exploração ilegal de madeira em terra indígena, particularmente o mogno; o aquecimento global; o efeito estufa; o avanço da soja; e a divulgação dos índices crescentes de desmatamento e queimadas na Amazônia. Em termos de jornalismo regional (jornais Diário do Pará e O Liberal), as madeiras foram as principais protagonistas das matérias jornalísticas durante todo o ano, o que, aliado aos números do desmatamento galopante, também pode ser percebido nas reportagens referentes a 2003 dos demais veículos de comunicação analisados (FSP, Veja, Época e Isto É).

*O governo brasileiro botou o dedo na ferida exposta do setor madeireiro na Amazônia: a grilagem. A partir de agora, as empresas do setor precisam apresentar o título de propriedade da terra para conseguir autorização para derrubar árvores. A medida adotada há dois meses pelo Ibama colocou em xeque todo o setor (Época On Line, 09/11/2003. Alexandre Mansur).*

Os números sobre o desmatamento na Amazônia aumentaram em 2003 (entre agosto de 2003 e julho de 2004 foram 27.200 quilômetros quadrados), gerando uma série de críticas das ongs condenando o fato (“O tom geral foi de cobrança...”), além de críticas por parte dos setores ligados à agroindústria, condenando as críticas das ongs. As citações abaixo são ilustrativas dos dois casos e apontam mais uma vez para o debate “preservação ambiental” x “desenvolvimento econômico”.

O tom geral foi de cobrança de uma postura mais enérgica do MMA e da fiscalização do Ibama. "Boas intenções capitaneadas por um ministério de baixo orçamento, como o MMA, não bastam", argumenta Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace (Diário do Pará *On Line*, 27/06/2003).

"Não há nenhum interesse de pecuaristas e produtores rurais em degradar nossa região, pelo contrário. Agora, o que *não podemos é engessar nossa economia apenas para nos justificar para entidades ambientalistas internacionais*", opina Xavier [Carlos Xavier, presidente da Federação da Agricultura no Pará] (Diário do Pará *On Line*, 02/07/2003).

Embora as madeiras apareçam como as principais responsáveis pelo desmatamento acelerado, outros agentes sociais também são mencionados em

---

<sup>10</sup> O Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo e o Correio Braziliense não disponibilizaram em seus sites as edições referentes ao ano de 2003.



reportagens de maior fôlego, que procuram apontar as causas econômicas, sociais e culturais do problema. Essas reportagens foram produzidas principalmente por revistas semanais (como *Época*) e jornais de abrangência nacional (como a *FSP*).

*Há dúvidas, porém, quanto ao verdadeiro motor do desmatamento, se são as grandes propriedades monocultoras, os pequenos agricultores ou a exploração madeireira. Provavelmente é uma combinação dos três, numa dinâmica amazônica que em geral se inicia com a exploração predatória da madeira (FSP On Line, 06/07/03. Mais Ciência. Marcelo Leite).*

A exemplo de 2002, as principais fontes dos jornalistas foram órgãos governamentais, ongs e instituições de pesquisa. As *formações discursivas* que deram base ao discurso jornalístico analisado foram, mais uma vez, o discurso governamental, o discurso científico e o discurso empresarial, particularmente, das madeiras.

#### **2004: as madeiras como vilãs do desmatamento ou protagonistas do desenvolvimento econômico sustentável**

Durante o ano de 2004 houve um aumento de matérias jornalísticas publicadas pela mídia impressa que continham “desmatamento” ou “queimadas” como palavras-chave. Este fato indica a tendência de um maior interesse desses veículos na divulgação de questões ambientais e o acirramento de disputas no campo discursivo e político. As madeiras e ongs continuaram a ocupar mais espaço nas páginas dos veículos, intensificando o jogo de forças no debate sobre preservação ambiental x desenvolvimento econômico.

Foram 224 matérias jornalísticas em 2004, 73 a mais do que as 151 publicadas em 2003<sup>11</sup>. Como aconteceu no ano anterior, a maioria, em se tratando dos jornais locais (responsáveis por 143 matérias), não trouxe identificação de origem ou autoria. As madeiras continuaram como as grandes protagonistas nos textos veiculados, principalmente, pelos jornais locais, ora como vilãs ambientais ora como lideranças do desenvolvimento econômico sustentável, conforme citações abaixo.

(...) Justiniano Netto, presidente da Câmara Florestal da Confederação Nacional das Indústrias, ratifica o que há anos o setor madeireiro vem afirmando: que a atividade florestal dirigida de forma responsável *não promove o desmatamento, mas constitui-se numa “grande parceira do desenvolvimento sustentável”* (Diário do Pará *On Line*, 18/04/2004).

---

<sup>11</sup> Os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e o *Correio Braziliense* não disponibilizaram as edições referentes ao ano de 2004 em seus sites.



Segundo o Ministério do Meio Ambiente, *mais de 90% da produção de madeira na Amazônia tem origem predatória* (Diário do Pará *On Line*, 01/12/04).

Nota-se, acima, a posição clara do governo federal em relação ao suposto impulso para o desenvolvimento econômico promovido pelas madeiras no Pará, à custa de desmatamento ilegal. O Ministério do Meio Ambiente, como demonstra a citação, vinha reiteradamente criticando a forma como estava ocorrendo a exploração de madeira na Amazônia. A crítica, naturalmente, atingia outros setores dentro do próprio governo federal, como o Ministério da Agricultura, de viés mais economicista.

Os principais destaques nas páginas de jornais e revistas em 2004, e nos seus respectivos *sites*, concentraram-se nos subtemas que já marcaram os anos anteriores: índices de desmatamento e queimadas, aquecimento global, exploração madeireira e expansão da soja. A pecuária, como também ocorreu em 2003, a partir da divulgação de um estudo do Banco Mundial sobre a década de 90, é eleita, juntamente com as madeiras e os sojeiros, como uma das vilãs do desmatamento.

A continuação da “crise” do setor madeireiro no Pará permaneceu na pauta da mídia impressa, inclusive, nacional. O discurso dos madeireiros, como vítimas das “equivocadas” políticas ambientais brasileiras repercutiu nacionalmente. No entanto, as operações da Polícia Federal, com a prisão de vários madeireiros em 2004, também serviram para reforçar a imagem das madeiras como promotoras do desmatamento ilegal.

Por mais grave que sejam as fraudes de Autorizações de Transporte para Produtos Florestais (ATPFs) descobertas pelo Ibama e reprimidas pela Polícia Federal na semana passada, com a *prisão de onze madeireiros de uma só vez, muito mais sujeira vai aparecer debaixo do tapete das indústrias de madeira no Pará* nas próximas semanas (...) (O Liberal *On Line*, 25/01/04, Atualidades. Jaqueline Almeida).

O desmatamento cresceu em 2003 e os números divulgados em 2004 tornaram-se a segunda maior marca já registrada pelo Inpe: 23.750 km<sup>2</sup>. Além da reação das ongs, o fato gerou discursos inflamados dos próprios veículos de comunicação criticando as políticas governamentais para a área, inclusive em editoriais. Nota-se na citação abaixo, o tom de “ordem” adotado pela Folha de São Paulo (“É imperativo...”):

*É imperativo, assim, adotar medidas que coíbam o desmatamento, estimulando atividades econômicas não-predatórias. Ninguém contesta, por exemplo, a necessidade de ampliar a fronteira agrícola. Fazê-lo não implica necessariamente destruir florestas virgens. Existem áreas já degradadas que se*



prestariam ao plantio da soja ou à formação de pastos. *Urge estabelecer alguma forma de zoneamento ecológico-econômico da região de modo a conciliar ambiente e desenvolvimento. Não basta constatar, é preciso agir* (FSP On Line, 13/04/04. Editorial).

Em 2004, as instituições governamentais, como MMA (Ministério do Meio Ambiente) e Ibama foram as mais citadas durante o ano. Também se destacaram organismos internacionais como o Banco Mundial e a Jica (Agência de Cooperação Técnica Japonesa). As ongs, mantendo a tendência, continuaram como fontes regulares dos jornalistas. Os agricultores familiares, índios e trabalhadores rurais, conforme ocorreu no ano anterior, foram ouvidos, mas com poucas referências e, geralmente, através de suas instituições representativas, como o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico). As principais *formações discursivas* que deram base ao discurso jornalístico analisado foram o discurso governamental, o discurso científico e o discurso empresarial.

### **2005: Dorothy Stang e Kyoto acirram o debate sobre o desmatamento**

Durante o ano de 2005, confirmando uma tendência ascendente, houve um aumento expressivo de matérias jornalísticas publicadas pela mídia impressa que continham “desmatamento” ou “queimadas” como palavras-chave. Além de questões ambientais recorrentes (exploração madeireira ilegal, expansão da soja e aquecimento global), dois fatos importantes marcaram o ano: o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em Anapú, no Pará, e a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto.

Foram 304 matérias jornalísticas em 2005, 80 a mais do que as 224 publicadas em 2004 e 153 a mais do que em 2003<sup>12</sup>. A exemplo do ano anterior, a maioria, em se tratando dos jornais locais (responsáveis por 202 matérias), não trouxe identificação de autoria, embora o jornal O Liberal tenha publicado um grande número de matérias produzidas pela Agência Estado. Pode-se observar que as revistas analisadas e a FSP recorreram com bastante frequência a fontes externas para embasar seu discurso. Boa parte, composta por cientistas e pesquisadores de universidades e ongs internacionais. Como mencionado anteriormente, no entanto, não houve questionamento por parte dos jornalistas, na grande maioria dos casos, sobre os resultados dessas pesquisas.

---

<sup>12</sup> Os jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Correio Braziliense não disponibilizaram as edições referentes ao ano de 2005 em seus *sites*.



Outros destaques nas páginas de jornais e revistas em 2005 foram a elevada taxa de desmatamento no biênio 2003-2004, a *Operação Curupira* da Polícia Federal (em junho, no Mato Grosso) e a seca na Amazônia (outubro). As madeireiras voltaram a protagonizar boa parte das reportagens que trataram sobre desmatamento, juntamente com os sojeiros. No entanto, no primeiro caso, as madeireiras se mantiveram na ofensiva, no plano discursivo e simbólico, demonstrando claramente sua força política em um enfrentamento direto com o governo federal (através do Ibama). A exemplo do que ocorreu em 2003 e 2004, houve interdição de rodovias e ameaças à integridade física de fiscais do Ibama e agentes da Polícia Federal.

O assassinato da irmã Dorothy Stang mobilizou o governo federal que precisou dar uma resposta às pressões internacionais que exigiam a apuração do caso. O governo incorporou as suspeitas de que os mandantes do crime seriam donos de madeireiras, que vinham sendo denunciadas recorrentemente pela missionária em virtude da degradação ambiental que estavam causando. Cerca de 400 policiais da Força Nacional foram enviados para a região do conflito de terras no Pará. No entanto, em uma clara confiança na impunidade, agricultores familiares continuaram a ser assassinados no Estado logo após o assassinato da missionária.

Organizações ligadas à atividade madeireira reagiram às declarações do presidente *Luiz Inácio Lula da Silva*, que culpou "*alguns empresários do setor madeireiro*" pela morte de Dorothy Stang e de sindicalistas no Pará. (...) "O presidente misturou madeireiro, grileiro, assassino, pecuarista no mesmo balaio. *Somos um setor que exportou US\$ 3,84 bilhões em 2004* e gera, em toda cadeia produtiva, cerca de 2 milhões de empregos" [Jeziel Oliveira, superintendente da Abimci] (FPS *On Line*, 23/02/2005. Brasil, p.A7. Marcelo Salinas).

Na citação acima, fica mais uma vez explicitado o contra-discurso das madeireiras como propulsoras do desenvolvimento econômico, recorrentemente presente nas páginas dos jornais, sempre que denúncias de desmatamento ilegal são divulgadas ("...um setor que exportou US\$ 3,84 bilhões...").

As temperaturas subiram em 2005, causando seca e debates acalorados sobre o aquecimento global e suas conseqüências. A Amazônia se surpreendeu com rios parcialmente secos. As revistas semanais registraram o fato, mas sempre mantendo o tom alarmista.

*A seca mais devastadora da história da Amazônia levanta o pior temor sobre o futuro da maior floresta tropical do planeta. Menos úmida em cerca de 20%, mais quente em até 1°C, a floresta que já perdeu 17% de sua cobertura original*



*pode estar à beira de um processo irreversível de destruição* (Época, 17/10/05. Ed.387. Luciana Vicária com Marcela Buscato).

A exemplo dos anos anteriores, as instituições governamentais foram as mais citadas durante o ano, seguidas de ongs e instituições de pesquisa. As publicações nacionais e, particularmente, as locais também privilegiaram em suas páginas e *sites*, como fontes explícitas das informações, as instituições representativas dos grandes fazendeiros, empresários ou madeireiras ou as próprias empresas, como a Robco Madeira e Cikel Brasil Verde. As principais *formações discursivas* que deram base ao discurso jornalístico analisado foram, mais uma vez, o discurso governamental, o discurso científico e o discurso empresarial, particularmente, das madeireiras.

### **2006: A soja e a concessão para exploração de florestas públicas**

Em 2006 houve uma queda, em relação a 2005, no número de matérias jornalísticas publicadas pela mídia impressa que continham “desmatamento” ou “queimadas” como palavras-chave. Os principais subtemas que ganharam as páginas de jornais e revistas foram o fim da Autorização de Transporte de Produto Florestal (ATPF); o decreto federal de criação do primeiro Distrito Florestal Sustentável do País, na BR-163; e a sanção da lei federal de concessão de florestas públicas. Foram 246 matérias jornalísticas em 2006<sup>13</sup>, 58 a menos do que as 304 publicadas em 2005. A exemplo do ano anterior, a maioria, em se tratando dos jornais locais (responsáveis por 111 matérias), não trouxe identificação de autoria. Nos demais veículos analisados, a maior parte dos textos era assinada ou trazia a identificação de uma agência de notícias, como a Agência Estado.

Na imprensa nacional, os sojeiros passaram a ocupar a posição de destaque como os grandes responsáveis pelo desmatamento, uma vez que o Estado do Mato Grosso assumiu a liderança do *ranking* em 2006. Como já havia ocorrido nos anos anteriores, as madeireiras continuaram em evidência, com um discurso favorável ao setor na mídia impressa local (“O Brasil subiu para o quinto lugar no *ranking* mundial de florestas certificadas”). As empresas madeireiras, através de suas assessorias de imprensa, conseguiram incluir na pauta jornalística a divulgação de ações

---

<sup>13</sup> O Jornal do Brasil não disponibilizou as edições referentes ao ano de 2006 em seu *site*.



ambientalmente sustentáveis, buscando reverter a imagem internacional de vilões do desmatamento na Amazônia.

*O Brasil subiu para o quinto lugar no ranking mundial de florestas certificadas, ficando atrás da Suécia, Polônia, Estados Unidos e Canadá (O Liberal On Line, 27/03/06. Atualidades).*

Outros destaques nas páginas de jornais e revistas em 2006 foram a assinatura do decreto estadual regulamentando a Lei nº 6.462, que criou a Política Estadual de Florestas do Pará; a mobilização promovida por ativistas do Greenpeace em 11 países para realizar atos simultâneos em defesa da Amazônia; a criação do Parque Nacional do Juruena, o quarto maior parque nacional do Brasil, entre Mato Grosso e Amazonas; e a sanção da lei federal de concessão de florestas públicas, muito bem recebida pelos madeireiros, imprensa e várias ongs.

*A lei de concessão de florestas públicas para a exploração madeireira deverá provocar, no setor, uma ruptura comparável à que a privatização gerou na telefonia em 1998. Trata-se da primeira tentativa de encontrar o meio-termo entre o discurso conservador dos ambientalistas e a visão utilitária do setor agroindustrial. Comemorada pelas próprias madeireiras e pelas ONGs mais combativas, como o Greenpeace, a lei tenta tornar a Amazônia um ambiente economicamente produtivo sem a necessidade de destruir a floresta (Época, 26/03/06. Meio Ambiente. Luciana Vicária).*

Os agricultores familiares, índios e outros grupos com menor poder político, institucional e econômico praticamente não apareceram nas reportagens de forma explícita (aspeada), diferentemente de representantes de ongs, institutos de pesquisa, governo e empresas. De um modo geral, as menções a estes grupos apareciam através da divulgação de estudos ou pesquisas científicas. As principais *formações discursivas* que deram base ao discurso jornalístico analisado foram, a exemplo dos anos anteriores, o discurso governamental, o discurso científico e o discurso empresarial.

## **Conclusões Gerais**

A análise das 1096 matérias jornalísticas *on line* veiculadas sobre desmatamento e queimadas na Amazônia pelos principais veículos impressos do país e do Pará (revistas Veja, Isto É e Época, jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo, Correio Braziliense, O Liberal e O Diário do Pará), durante o



período 2002-2006, tendo como referencial teórico/metodológico a “Semiologia dos Discursos Sociais”, permite elencar algumas conclusões:

- A cobertura da mídia impressa sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia, nacional e localmente, foi ascendente e constante, com o ápice da cobertura em 2005, ano do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, com 304 matérias jornalísticas veiculadas. Em 2002 foram 171, em 2003:151, em 2004: 224 e em 2006: 246.
- Embora tenha se observado um grande número de matérias jornalísticas descritivas e factuais no material analisado, caracterizadas por um tom de “alerta ambiental”, foi possível perceber um aumento no número de reportagens que buscaram apresentar algumas causas, conseqüências e repercussões dos fatos mencionados, principalmente nas revistas e jornais nacionais;
- O desmatamento foi o tema central do período, seguido das queimadas, avanço do cultivo da soja no Mato Grosso e Pará, pecuária, aquecimento global, conflitos agrários e gestão de florestas públicas. As madeiras e os sojeiros foram apontados na maioria dos textos jornalísticos como os grandes responsáveis pelo desmatamento na Amazônia;
- As revistas analisadas e o jornal Folha de São Paulo recorreram com bastante freqüência a fontes externas para embasar seu discurso, boa parte composta por cientistas e pesquisadores de universidades e ongs internacionais. No entanto, não houve questionamento por parte dos jornalistas, na grande maioria dos casos, sobre a validade, veracidade ou legitimidade da metodologia e resultados dessas pesquisas;
- Os órgãos governamentais, as ongs (especialmente as que desenvolvem pesquisas), as universidades e as instituições de pesquisa foram fontes constantes de informações para os jornalistas durante os cinco anos analisados. Os órgãos representativos do setor madeireiro, como associações e sindicatos também ganharam mais espaço e “voz” nas páginas de jornais e revistas (locais e nacionais), indicado um maior peso político do setor e uma atuação mais ativa de suas assessorias de imprensa;
- Os agricultores familiares, médios fazendeiros, índios e seus respectivos órgãos de representação apareceram de “forma secundária” nas matérias durante o período. Os índios, especialmente nas matérias locais, foram colocados ora como “vilões”



da extração ilegal de madeira em terras públicas (parceiros de madeiras) ora como “vítimas ingênuas” das madeiras;

Retomando Foucault, nota-se, portanto, que o discurso jornalístico do período estudado (2002-2006) foi construído a partir de quatro *formações discursivas* principais: o discurso político do desenvolvimento sustentável, o discurso científico, o discurso ambiental das ongs e o discurso empresarial (com enfoque para as madeiras). Esta tendência, provavelmente se manterá pelos próximos anos, pois se trata das vozes detentoras do conhecimento específico sobre a temática ambiental ou que dispõem de maior poder econômico.

A disputa discursiva constatada nas reportagens e artigos analisados, principalmente no discurso jornalístico local, trouxe mais uma vez à tona o clássico debate preservação ambiental x desenvolvimento econômico, sem que, no entanto, os veículos de comunicação tivessem produzido textos analíticos sobre esta “dicotomia”. A maioria dos textos se limitou a apresentar as versões diferenciadas dos fatos (empresas versus ongs ou governo versus empresas madeiras), usando aspas e citando as respectivas instituições envolvidas, mas sem apresentar ao leitor um aprofundamento das causas desta “dicotomia” histórica e as conseqüências a médio e longo prazos para as diversas áreas envolvidas: social, ambiental, econômica e cultural.

## OBRAS CITADAS

- BARROS FILHO, Clóvis. de & MARTINO, Luiz. M. S. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**/ Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- COSTA, Luciana M. **Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (2002-2006)**. Relatório Técnico. CNPq, Setembro de 2008. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006a.
- \_\_\_\_\_. O esverdeamento da imprensa. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina**. v.III, n.2, 2º semestre de 2006b, p.41-54.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4ª ed.,1995.
- ORLANDI, Eni. P. Protagonistas do/no discurso. In: **Foco e Pressuposição**. Uberaba: Instituto de Ensino das Faculdades Integradas de Santo Tomás de Aquino, 1978. p. 30-41.